

Carta Social e do Trabalho

ISSN 1980-5144

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Diretor

Fernando Sarti

Diretor Executivo do CESIT

José Dari Krein

Anselmo Luis dos Santos

Conselho Editorial

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

José Carlos de Souza Braga

Marcio Percival Alves Pinto

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Editores

Denis Maracci Gimenez

Anselmo Luis dos Santos

Membros do CESIT

Adriana Nunes

Alessandro Cesar Ortuso

Alexandre Gori Maia

Amilton José Moretto

Anselmo Luis dos Santos

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Carlos Salas Paez

Daniel de Mattos Hofling

Davi José Nardy Antunes

Denis Maracci Gimenez

Eugênia Troncoso Leone

Geraldo Di Giovanni

José Dari Krein

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Magda Barros Bivaski

Marcelo Weishaupt Proni

Márcio Pochmann

Marco Antônio de Oliveira (Licenciado)

Maria Alejandra Caporale Madi

Maria Alice Pestana de Aguiar Remy

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Sônia Tomazini (Licenciada)

Waldir José de Quadros

Walter Barelli

Wilnês Henrique (Licenciada)

Apoio Administrativo

Susete R. C. Ribeiro

Projeto Visual e Editoração Eletrônica

Célia Maria Passarelli

CESIT – Instituto de Economia da Unicamp

Cidade Universitária Zeferino Vaz

Caixa Postal 6135 – CEP 13083-970

Campinas – SP

Telefone: 55 – 19 – 3521-5720

E-mail: cesit@eco.unicamp.br

www.eco.unicamp.br/cesit

TEMA:
**O BRASIL E A NOVA CLASSE
MÉDIA DOS ANOS 2000**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Denis Maracci Gimenez 1

ARTIGO

O Brasil e a nova classe média
dos anos 2000

Waldir José de Quadros

Denis Maracci Gimenez

Davi José Nardy Antunes 2

APRESENTAÇÃO

Denis Maracci Gimenez
Anselmo Luis dos Santos
(Editores)

Neste último número da Carta Social e do Trabalho de 2012, publicamos o artigo “*O Brasil e a nova classe média dos anos 2000*”, dos professores Waldir Quadros, Denis Maracci Gimenez e Daví Nardy Antunes.

Feito a partir de informações produzidas ao longo de anos de pesquisa sobre a estrutura social brasileira no Instituto de Economia da UNICAMP, o objetivo do trabalho é analisar as mudanças recentes desta estrutura e a emergência de uma nova classe média no Brasil dos anos 2000, denominada correntemente como “classe C”. Nesses termos, trata da seguinte questão: somos um país de classe média?

Reconhecendo as melhorias sociais ocorridas no Brasil ao longo dos anos 2000 e oferecendo ao leitor parâmetros históricos estruturais relativos à definição da classe média como uma grande novidade social nos países desenvolvidos ao longo do século XX, com clareza, os autores afirmam que não estamos diante de um país de classe média. Como dizem, “o crescimento dos estratos do meio da distribuição de renda não nos define como uma sociedade de classe média”. Dessa forma, afirmam que “não se pode deduzir da estrutura de consumo ou de rendimentos a estrutura de classes de uma sociedade capitalista moderna. Nem definir o Brasil como um ‘país de classe média’ a partir desses critérios, sem considerar as condições mais gerais do desenvolvimento capitalista, da estruturação da sociedade, dos padrões e estilos de vida historicamente constituídos”.

Trata-se de uma análise crítica sobre a ideia de que somos um país de classe média, tese amplamente difundida pelos meios de comunicação e pelos meios governamentais. O trabalho simultaneamente reconhece os avanços sociais recentes e indica seus limites no que se refere à transformações estruturais mais profundas no país.

O BRASIL E A NOVA CLASSE MÉDIA DOS ANOS 2000 ¹

Waldir José de Quadros ²

Denis Maracci Gimenez ³

Daví José Nardy Antunes ⁴

1 Evolução recente e interpretações

1.1 introdução

A discussão recente sobre a nova classe média no Brasil é bastante oportuna e deve ser estimulada, pois coloca em evidência as grandes mudanças sociais ocorridas a partir da retomada do crescimento econômico mais acelerado no governo Lula – principalmente após a substituição de Antônio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda em março de 2006.

Parte dos analistas enfoca a elevada geração de novas oportunidades ocupacionais e a melhora nos rendimentos das pessoas já ocupadas; outros enfatizam a emergência de um exuberante contingente de novos consumidores e a rápida expansão do consumo das camadas populares.

Pretendemos, neste texto, realizar uma breve reflexão sobre o ocorrido e a sobre a questão da classe média, com o intuito de contribuir para o entendimento da emergência da classe “C” ou da assim chamada **nova classe média dos anos 2000 no Brasil**.

1.2 A evolução recente

Para avaliar o avanço recente, é preciso considerar o longo período de estagnação dos anos 1980 e 1990, que levou à manutenção de elevados níveis de miséria e pobreza e ao atrofiamento da classe média⁵. Este quadro sombrio, de alto desemprego e queda sistemática nos rendimentos, foi profundamente modificado com o crescimento econômico mais elevado, ainda que a taxas inferiores às históricas (1930-80) e às dos países emergentes e da América Latina nos anos 2000.

De todo modo, ao longo do governo Lula, viu-se progressiva reativação do mercado de trabalho formal, das oportunidades de pequenos negócios e do trabalho autônomo melhor remunerado. Tais avanços foram reforçados pela política de aumento real do salário mínimo, que

¹ Trabalho publicado originalmente em www.politicasocial.net.br/index.php/textos-para-discussao/173-textos-para-discussao5.html em novembro de 2012.

² Professor associado colaborador do CESIT/IE/UNICAMP.

³ Professor da FACAMP e pesquisador colaborador do CESIT/IE/UNICAMP.

⁴ Doutor em Economia pela UNICAMP e professor da FACAMP.

⁵ Sobre tal processo ver GIMENEZ, Denis M. *Ordem Liberal e a questão social no Brasil*. São Paulo: IE/UNICAMP / LTr, 2008.

se tornou mais efetiva com o avanço da formalização dos contratos de trabalho – reflexo do maior poder de barganha dos trabalhadores.

O grande destaque foi a forte geração de empregos na base do mercado de trabalho (massa trabalhadora pobre) e nos segmentos intermediários inferiores (baixa classe média), com sensível e contínua melhoria em seus (baixos) rendimentos. Os departamentos de marketing das grandes empresas, desde os anos 1990, já percebiam as potencialidades dos consumidores de baixa renda. Com a emergência de amplos contingentes destes novos consumidores, tal estratégia se fortaleceu.

A geração de empregos dos segmentos inferiores e a melhora de seus rendimentos foram os fenômenos fundamentais que, a nosso juízo, explicam a ascensão da assim chamada nova classe média dos anos 2000 – reforçados pela propagação dos aumentos do salário mínimo nos benefícios previdenciários e assistenciais e, de forma indireta e secundária, pela expansão do programa Bolsa Família, corretamente focado nos miseráveis⁶.

Para compreender melhor este fenômeno, utilizamos uma metodologia de estratificação social adequada tanto à realidade brasileira como às características dos inquéritos domiciliares do IBGE, capaz de incorporar a heterogeneidade de cada um dos grupos ocupacionais⁷. A definição dos padrões de vida, com base nos rendimentos declarados, não foi efetuada por critérios estatísticos, mas pela sociologia do trabalho.

Em termos figurativos, a ideia é de uma técnica do tipo “rede de pesca”, em que a largura das malhas (as linhas de corte) é determinada pelas ocupações que se pretende captar. Assim, a alta classe média⁸ inclui uma série de ocupações típicas definidas aprioristicamente e inspiradas em Wright Mills⁹ – médicos, professores do ensino superior, engenheiros, microempresários etc.

O mesmo procedimento foi adotado para a média e baixa classe média. A última camada social, composta pelos miseráveis, foi formada por todas as pessoas ocupadas que recebiam menos que o salário mínimo, a menor remuneração legal. A penúltima camada, a massa trabalhadora, engloba todos os trabalhadores pobres que se encontram entre os miseráveis e a baixa classe média.

Assim, a evolução da estratificação das pessoas ocupadas, que indica a geração das oportunidades individuais (Tabela 1), mostra expressiva redução daqueles que se encontravam na

⁶ Uma visão mais aprofundada pode ser encontrada em QUADROS, Waldir J. de. *A evolução da estrutura social Brasileira*. Campinas, out. 2008. (Texto para Discussão IE/UNICAMP, n. 148).; QUADROS, Waldir J. de. *Melhorias sociais no período 2004 a 2008*. Campinas, maio 2010. (Texto para Discussão IE/UNICAMP, n. 176) e QUADROS, Waldir J. de. *Em 2009 a heterodoxia afastou a crise social*. Campinas, mar. 2011. (Texto para Discussão IE/UNICAMP, n. 189).

⁷ A descrição da metodologia pode ser vista em QUADROS, Waldir J. de. *A evolução da estrutura social brasileira - notas metodológicas*. Campinas, out. 2008. (Texto para Discussão IE/UNICAMP, n. 147).

⁸ O topo da estratificação é a classe média alta, uma vez que os inquéritos familiares não captam adequadamente a representação social dos ricos.

⁹ WRIGHT MILLS, C. *A nova classe média - White Collar*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979 (1. ed. 1951).

situação de miseráveis, com a correspondente expansão da massa trabalhadora (pobre), mas, sobretudo, da baixa classe média (remediada).

Tabela 1 - Brasil, Pessoas Ocupadas, 2000-2010

Estratos Sociais	2006		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	4.803	7,3	6.396	7,4
Média Classe Média	6.215	9,5	9.223	10,7
Baixa Classe Média	16.486	25,1	31.246	36,2
Massa Trabalhadora	18.214	27,8	26.649	30,9
Miseráveis	19.912	30,3	12.840	14,9
Total	65.630	100,0	86.354	100,0

Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

Constata-se que esta mobilidade é bem mais reduzida na média classe média e inexistente na alta classe média. Como discutido em outros ensaios, nossa interpretação para o fraco dinamismo nestas duas camadas, que simbolizam a autêntica classe média brasileira, é que ele reflete um crescimento econômico acompanhado de desadensamento das cadeias produtivas, de crescente penetração das importações e de geração diminuta de empregos públicos de qualidade.

Da perspectiva das pessoas ocupadas de uma mesma família, classificadas pelo membro melhor remunerado – metodologia mais sensível à mobilidade social (Tabela 2) –, a melhora é nítida, com grande redução na quantidade de indivíduos nos estratos inferiores e com crescimento expressivo nos superiores.

Tabela 2 - Brasil, Pessoas Ocupadas - Membro Melhor Situado, 2000-2010

Estratos Sociais	2000		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	7.706	11,7	11.584	13,4
Média Classe Média	8.904	13,6	15.095	17,5
Baixa Classe Média	20.633	31,4	36.727	42,5
Massa Trabalhadora	16.780	25,6	18.643	21,6
Miseráveis	11.606	17,7	4.305	5,0
Total	65.630	100,0	86.354	100,0

Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

Examinando o comportamento da família como um todo, incluindo também os membros não ocupados (Tabela 3), percebe-se que o perfil social do conjunto da população é menos favorável do que o agregado familiar dos indivíduos ocupados. Entretanto, a estrutura social mantém-se em condições superiores em relação à dos indivíduos tomados isoladamente.

Tabela 3 - População do Brasil - Membro Melhor Situado, 2000-2010

Estratos Sociais	2000		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	15.879	9,4	20.648	10,8
Média Classe Média	19.568	11,5	28.166	14,8
Baixa Classe Média	47.124	27,7	73.125	38,3
Massa Trabalhadora	41.513	24,4	49.560	26,0
Miseráveis	45.789	27,0	19.255	10,1
Total	169.873	100,0	190.756	100,0

Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

A estratificação das famílias, a partir do membro melhor situado e ajustada pela renda *per capita* (Tabela 4), se torna um bom indicador de qualidade de vida ao contemplar o número de membros da família. O perfil social é significativamente menos favorável, há menos pessoas na camada superior, mas ocorre forte expansão da média classe média e da baixa classe média.

Tabela 4 - População do Brasil - Membro Melhor Situado Ajustado pela Renda Per Capita, 2000-2010

Estratos Sociais	2000		2010	
	Nº Pessoas (mil)	%	Nº Pessoas (mil)	%
Alta Classe Média	9.240	5,4	11.420	6,0
Média Classe Média	25.666	15,1	37.495	19,7
Baixa Classe Média	36.930	21,7	53.407	28,0
Massa Trabalhadora	44.525	26,2	55.935	29,3
Miseráveis	53.512	31,5	32.499	17,0
Total	169.873	100,0	190.756	100,0

Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

Todas as tabelas têm em comum uma grande e inequívoca melhora dos padrões de vida das camadas inferiores e um avanço importante nas camadas superiores, no que tange às famílias. A volta do crescimento econômico, os aumentos do salário mínimo e os avanços das políticas sociais devem ser reconhecidos como decisivos para tal transformação.

1.3 A interpretação conservadora

Entretanto, diversos pesquisadores de instituições oficiais que, desde os anos 1990, se identificavam com a focalização das políticas sociais recomendada pelo Banco Mundial e instituições correlatas, viram a emergência de uma nova e pujante classe média e a grande redução da miséria. Isto porque seu foco “doutrinário” nos miseráveis determina uma linha de corte para o ingresso na classe média bastante baixa, gerando uma estrutura social com uma classe média superdimensionada.

Um exemplo disto é o fato de 64% das empregadas domésticas, piso do mercado de trabalho urbano, serem incluídas na classe média; outro é o fato de 54% dos chefes de família sem escolaridade ou com fundamental incompleto serem de classe média¹⁰. Estes pesquisadores sempre argumentaram que as políticas focalizadas não só bastavam como seriam as mais eficientes para reduzir a miséria e a desigualdade social.

Logo, a melhora recente é atribuída ao programa Bolsa Família e aos avanços na educação, a despeito de os programas focalizados terem sido criados nos anos 1990 e de os supostos avanços educacionais continuarem no mesmo ritmo da década passada. As novidades do governo Lula, o expressivo crescimento econômico e a contínua elevação real do salário mínimo, são colocados em segundo plano por estes analistas.

Outro grupo de entusiastas da nova classe média é o dos que se utilizam deste fenômeno para exaltar as virtudes sociais da política econômica neoliberal. Defendem a aceitação do crescimento possível mesmo que baseado na desindustrialização, na reprimarização da pauta de exportação e no consumo de massa cada vez mais atendido por importações.

Esta é, em nosso juízo, a matriz da interpretação do variado conjunto de analistas conservadores que se apresentam como identificados com a justiça social. Apoiados em forte penetração nos meios de comunicação de massa, confundem amplos segmentos da opinião pública proclamando que o Brasil virou um país de classe média.

Comemoram, sem maiores qualificações, a classe média das empregadas domésticas e dos analfabetos, a menor desigualdade social e a queda da pobreza. Mas escamoteiam o impacto do crescimento acelerado e a necessidade da reindustrialização e da reestruturação dos serviços públicos que, ao lado de suprir as carências históricas da educação, saúde, segurança, saneamento, habitação etc., também resultariam na ampliação de um verdadeiro contingente de profissionais de classe média.

2 Classe Média – Definições e evolução histórica

Ademais, vê-se que a visão conservadora possui diversos problemas teóricos. Considerar esta importante mudança social ocorrida durante o governo Lula como a emergência de uma **nova classe média** é, do nosso ponto de vista, inadequada. Isto porque o conceito de **nova classe média**, introduzido por Wright Mills nos anos 1950¹¹, se referia à expansão do emprego de **colarinho branco** – típica da estrutura ocupacional da grande empresa da 2ª Revolução Industrial.

Este conceito seria mais apropriado para entender as mudanças da estrutura sócio-ocupacional brasileira durante os anos 1960 e 1970, auge do processo de industrialização brasileiro no referido padrão – o que condiz com a utilização, por parte de muitos autores, desta definição no estudo do Brasil de então.

¹⁰ PAES DE BARROS, Ricardo & GROSNER, Diana. *Voices da Classe Média*. Brasília: SAE, 2012. p. 21-25, *passim*.

¹¹ WRIGHT MILLS, C. (op. cit.). A ideia de nova classe média surge em contraposição à antiga classe média, composta pelos pequenos proprietários e profissionais liberais típicos dos EUA de fins do século XIX.

O conceito de nova classe média – classe social que não é proprietária dos meios de produção e que também não trabalha na fábrica com as mãos, como o operário – é amplo o suficiente para incluir ocupações as mais diversas e rendimentos os mais díspares: do vendedor de loja ao diretor do grande banco, do *office boy* ao advogado do grande escritório.

Tal conceito também precisa ser dinâmico porque o progresso tecnológico e as transformações revolucionárias das estruturas produtivas, urbanas e ocupacionais, engendram diferentes estruturas sociais ao longo do tempo. O emprego, a agricultura, a indústria, os serviços, o campo, a cidade são permanentemente criados e recriados pela busca incessante por mais dinheiro por parte de seus proprietários.

Quanto mais desenvolvido o país e melhor sua estrutura ocupacional, maiores tendem a ser as boas oportunidades disponíveis às pessoas – e maior sua classe média-alta. O emprego é o alicerce da inserção do indivíduo em sociedades como a brasileira e, depois da propriedade, é a base da desigualdade social; portanto, a geração de bons empregos é fundamental para o desenvolvimento social.

A estrutura ocupacional, portanto, delimita os espaços para a luta dos indivíduos por mais dinheiro, melhores empregos e ascensão social. Isto significa que uma grande classe média é um indicador dos mais relevantes do bem-estar social e do desenvolvimento material alcançado por determinada sociedade.

Evidentemente, o mercado não funciona livremente, como defendem muitos economistas, que não consideram o Estado como parte constituinte da estrutura econômica e social do capitalismo moderno¹². Logo, a ação ou o consentimento do Estado, dentro de determinada conformação material, também tem papel decisivo na estruturação econômica, social, urbana, ocupacional. E, por conseguinte, na desigualdade, na pobreza, na melhora social.

O crescimento econômico elevado é condição *sine qua non* para a expansão das ocupações desta camada, mas esta pode assumir diversas formas. A constituição da classe média variou sensivelmente ao longo do tempo nos diversos espaços nacionais: a classe média dos anos 1970 era de um tipo diferente da classe média dos anos 2010 – de uma determinada forma no Brasil, de outra nos EUA.

Por exemplo, os EUA da década de 1930 foram transformados pela intervenção estatal da *era Roosevelt*. Mas o novo mundo de afluência do *white collar* dos anos 1950 e 1960 conviveu, conforme destacava Galbraith, com a persistência da pobreza e da limitada proteção social num quadro estrutural de desigualdade social, política, racial etc.¹³

Já na Europa Ocidental, o crescimento econômico dos Trinta Gloriosos, articulado ao desenvolvimento das estruturas estatais de proteção social, criou uma nova classe média bastante

¹² A este respeito, ver SHONFIELD, Andrew. *Capitalismo Moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968 (1ª edição, 1965).

¹³ GALBRAITH, John K. *A sociedade afluyente*. São Paulo: Pioneira, 1987 (1ª edição, 1958).

diferente. A busca do pleno emprego num Estado de Bem-Estar Democrático gerou um cidadão de classe média com renda disponível pouco superior à do operário e à da base do mercado de trabalho, com reduzida capacidade de diferenciação do consumo e cercada de ampla proteção social¹⁴.

Nesses termos e guardadas as peculiaridades devidas ao desenvolvimento periférico, o processo de constituição da nova classe média no Brasil teve na passagem dos anos 1960 para os anos 1970 seu momento decisivo. O Milagre Econômico promoveu a expansão do emprego urbano baseado nas novas ocupações de colarinho branco, *pari passu* à ampliação do leque salarial e do consumo de bens e serviços como forma de diferenciação social.

A nova classe média que se constituiu no Brasil – sem contar com a alta renda *per capita* e o elevado padrão de consumo dos norte-americanos, tampouco com as benesses do *Welfare State* europeu – foi montada sobre o dinamismo econômico e a profunda desigualdade social que nos marcava àquele momento.

João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais mostram que “o padrão de vida da nova classe média beneficia-se muitíssimo dos serviços baratos (...). Esse tipo de exploração dos serviços pela nova classe média reduz seu custo de vida e torna o dia a dia mais confortável do que o da classe média dos países desenvolvidos”¹⁵.

Logo, fica claro que nova classe média não é a mesma em diferentes países. A brasileira tem pouca semelhança com a europeia, se aproximando mais da norte-americana, ainda que de modo caricatural. Da mesma forma, diferentes momentos históricos implicam diferentes estruturas socioeconômicas: com a reorganização, de grandes proporções, das estruturas econômicas e sociais dos países centrais a partir de meados dos anos 1970, a situação se transformou radicalmente.

O surgimento da III Revolução Industrial foi concomitante à volta da dominância financeira, à crise de superacumulação inevitável após décadas de crescimento acelerado, às mudanças na geopolítica e na economia internacional decorrentes do desenvolvimento europeu e japonês, à guinada neoliberal e aos questionamentos à ordem social vigente na *Golden Age*.

Tais movimentos expressavam transformações profundas que haviam ocorrido ao longo do período anterior e que em larga medida eram fruto do sucesso do capitalismo ocidental regulado sob a hegemonia americana. Frente a transformações de tal monta, a estrutura social não poderia ser mais a mesma.

Neste novo quadro, por exemplo, o emprego público deixou de ser a “válvula de escape” que havia sido durante todo o período anterior nos países desenvolvidos, quando gerava ocupações de nível superior para uma população crescente que não encontraria espaço no setor

¹⁴ MYRDAL, Gunnar. *O Estado do futuro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1962 (1ª edição, 1960).

¹⁵ CARDOSO DE MELLO, João M. & NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. Campinas: Edições FACAMP e UNESP, 2009. p. 80-81.

privado cada vez mais eficiente e produtivo¹⁶. O emprego se tornou problema grave: a expansão do emprego público perdeu velocidade num momento em que as transformações proporcionadas pela informática reduziram drasticamente as oportunidades de emprego e ocupação para os setores médios.

O operário foi substituído por máquinas informatizadas e o emprego industrial deixou, definitivamente, de ser central. Mas o maior impacto das tecnologias de informação se deu nas grandes estruturas burocráticas. Se antes a secretária era decisiva para o funcionamento do escritório, o computador a substituiu com grande eficiência; se o bancário era essencial para o funcionamento da economia capitalista, ele foi rapidamente substituído por caixas eletrônicas, computadores, celulares etc.

A polarização do mercado de trabalho virou a tônica da estruturação econômica e social dos países ricos. De um lado, os bem-sucedidos, ricos e bem-empregados no topo da sociedade; de outro, a massa crescente de pessoas às quais resta apenas servir aos de cima. Nesse mundo de desigualdade social crescente, os mais ricos ampliam seu conforto contratando novos serviços – única e funcional alternativa ao avanço do desemprego¹⁷.

Neste novo momento, de crescente polarização social, portanto, a classe média é progressivamente simbolizada pelo trabalhador dos serviços às pessoas, de renda instável, vida precária e que trabalha o máximo que pode. No caso brasileiro, deve-se ainda acrescentar a precariedade da educação, saúde, transporte etc.

Na verdade, a polarização é o resultado lógico de uma economia globalizada da III Revolução Industrial em que o Estado, marcado pelo neoliberalismo, se retrai, desregulando as finanças, reduzindo o emprego público, a progressividade dos impostos e o gasto social. No Brasil, a situação não poderia ser muito diferente; é sim agravada pela profunda crise econômica e social instalada desde a crise da dívida externa e pelos inúmeros problemas estruturais alargados desde então.

Logo, é dentro deste contexto que devem ser observadas as importantes transformações econômicas e sociais recentes no Brasil. A subida da renda e do salário mínimo, o aumento do emprego formal, o acesso ao crédito, a melhora do padrão de consumo são fatos importantíssimos, que demonstram a relevância da retomada do crescimento econômico acelerado para o enfrentamento da ainda grave questão social no Brasil.

3 Afinal, somos um país de classe média?

A chamada classe C ou a nova classe média, símbolo da retomada do crescimento no Brasil neste início do século XXI, está longe dos estilos de vida que caracterizavam a nova classe

¹⁶ A este respeito, ver ROSE, Richard (Org.). *Public employment in Western Nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

¹⁷ Sobre as transformações no mercado de trabalho e o avanço da desigualdade nos países desenvolvidos, ver ANTUNES, Davi J. N. *Capitalismo e desigualdade*. Tese (Doutorado)-Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2011.

média como a grande novidade do século XX. A atual nova classe média ou classe C – auxiliares de escritório, atendentes, vendedores, garçons, professores primários, policiais, auxiliares de enfermagem etc. – tem insuficiências e carências de todo tipo, em termos dos seus padrões e estilos de vida.

Tratamos de problemas que revelam a distância entre a vida comum da classe média do século XX e da assim chamada classe média brasileira do século XXI, no que diz respeito aos padrões de ocupação, rendimentos e consumo. Isto também se refere às condições gerais para educar seus filhos, ao padrão de atenção dispensado à saúde, à precariedade do transporte nas grandes cidades, às condições de moradia, aos problemas de segurança pública, às incertezas projetadas para a velhice.

Portanto, não se pode deduzir da estrutura de consumo ou de rendimentos a estrutura de classes de uma sociedade capitalista moderna. Nem definir o Brasil como um “país de classe média” a partir desses critérios, sem considerar as condições mais gerais do desenvolvimento capitalista, da estruturação da sociedade, dos padrões e estilos de vida historicamente constituídos.

O crescimento dos estratos do meio da distribuição de renda também não nos define como uma sociedade de classe média, já que isto expressaria grave rebaixamento de expectativas. O padrão de vida da baixa classe média é aquele a que tem acesso a massa de professoras do ensino público fundamental, auxiliares de escritório, atendentes de enfermagem e outros trabalhadores que, se escaparam da pobreza mais degradante, levam uma vida de grandes dificuldades.

A baixa classe média, construída por simples critérios estatísticos, engloba dois terços das empregadas domésticas, o que revela a incoerência desta metodologia com a realidade social. Não desconhecemos as melhorias nas remunerações destes e de outros inúmeros trabalhadores populares, mas não podemos considerá-los como típicos membros do que se costuma considerar como classe média.

Nos meios governamentais são frequentes as manifestações a respeito da constituição de uma sociedade de classe média. Isto é compreensível, dado que buscam capitalizar as melhorias que ocorreram em sua gestão. Entretanto, tal postura pode conduzir a certo conformismo que deseduca politicamente a sociedade.

Podemos imaginar que os sérios constrangimentos na área econômica também estejam na origem desta atitude. Uma forma de se beneficiar do reconhecimento trazido pela afluência de amplos segmentos populares para ganhar tempo e acumular força para enfrentar os enormes desafios de uma efetiva reestruturação industrial, tecnológica e dos serviços públicos.

Entretanto, se com a crise financeira internacional no final do Governo Lula os segmentos desenvolvimentistas ganharam maior desenvoltura, é no Governo Dilma que os avanços são mais significativos: forte redução em todo o espectro de taxas de juros, defesa do câmbio, política

industrial associada ao Pré-Sal e aos investimentos em infraestrutura, medidas iniciais de proteção à indústria doméstica frente à concorrência predatória dos importados etc.

Por fim, é importante registrar que, além dos analistas que desconsideraram a urgência de avanços estruturais na orientação da política econômica e social, temos aqueles que buscam minimizar os progressos e se alinham com a oposição política ao governo, sem nenhum interesse em reconhecer seus sucessos.

De nossa parte, buscamos um ponto de vista crítico, capaz de reconhecer os progressos, mas também de identificar seus limites. E de contribuir para o avanço rumo a uma sociedade mais igualitária e afluyente, nos marcos de um padrão de desenvolvimento ambiental e socialmente sustentável e correto.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Davi J. N. *Capitalismo e desigualdade*. Tese (Doutorado)–Instituto de Economia, Unicamp, 2011.

CARDOSO DE MELLO, João M.; NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. Campinas: Edições FACAMP e UNESP, 2009.

GALBRAITH, John K. *A sociedade afluyente*. São Paulo: Pioneira, 1987. (1ª ed. 1958).

GIMENEZ, Denis M. *Ordem liberal e a questão social no Brasil*. São Paulo: IE/UNICAMP / LTr, 2008.

MYRDAL, Gunnar. *O Estado do Futuro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. (1ª ed. 1960).

PAES DE BARROS, R.; GROSNER, D. *Vozes da classe média*. Brasília: SAE, 2012.

QUADROS, Waldir J. de. *A evolução da estrutura social brasileira - Notas metodológicas.*, Campinas: UNICAMP. IE, out. 2008. (Texto para Discussão, n. 147).

QUADROS, Waldir J. de. *A evolução da estrutura social brasileira*. Campinas: UNICAMP. IE, out. 2008. (Texto para Discussão, n. 148).

QUADROS, Waldir J. de. *Em 2009 a heterodoxia afastou a crise social*. Campinas: UNICAMP. IE, mar. 2011. (Texto para Discussão, n. 189).

QUADROS, Waldir J. de. *Melhorias sociais no período 2004 a 2008*. Campinas: UNICAMP. IE, maio 2010. (Texto para Discussão, n. 176).

ROSE, Richard (Org.). *Public employment in Western Nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SHONFIELD, A. *Capitalismo moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968 (1ª ed. 1965).

WRIGHT MILLS, C. *A nova classe média - White Collar*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1979. (1ª ed. 1951).